

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Pacote que muda aposentadoria chega hoje ao Congresso. Regras valerão para **INSS e servidores públicos**. Militares, PMs e bombeiros ficam de fora

BETO BARATA/PR



“Há necessidade urgente de se realizarem os ajustes com intuito de preservar a Previdência hoje e para fazê-la valer amanhã. Senão, amanhã não teremos uma Previdência sustentável”

MICHEL TEMER
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

IDADE MÍNIMA DE 65 ANOS PARA HOMENS E MULHERES

Depois de meses de debate interno no governo e grande expectativa da população, o presidente Michel Temer anunciou ontem que a Reforma da Previdência vai fixar uma idade mínima de 65 anos para homens e mulheres se aposentarem.

As novas regras valerão para trabalhadores com menos de 50 anos de idade, no caso de homens, e de 45 anos, no caso de mulheres e professores. O restante entrará na regra de transição. Quem cair nessa norma terá de pagar um pedágio de 50% e levará mais tempo para poder se aposentar pelo sistema atual.

Apesar de prometer uma reforma igual para todos, as Forças Armadas ficaram de fora, assim como policiais militares e bombeiros, pois o governo federal entende

DÉFICIT**R\$ 146****bilhões**

É o déficit da Previdência estimado em 2016. Para 2017, estima-se um déficit entre R\$ 180 bilhões e R\$ 200 bilhões.

que essa mudança é competência dos Estados.

O governo pediu aos governadores que orientem suas bancadas de parlamentares para incluir esses servidores na proposta, que será enviada ao Congresso Nacional hoje.

A reforma vai atingir também os políticos. Esse era um dos pontos em aberto até a última sex-

ta-feira. Mas, ainda durante a reunião com líderes da base aliada no Congresso - da qual não participou o senador Renan Calheiros -, a assessoria de imprensa do Palácio do Planalto divulgou no Twitter do presidente Temer que as mudanças valerão também para os parlamentares.

A proposta de endurecer as regras para aposentadoria no Brasil é a mais polêmica mudança na Constituição proposta por Temer, e o governo vai enfrentar, a partir de agora, grandes resistências para a aprovação, que exige quórum qualificado - pelo menos 308 deputados e 49 senadores, em dois turnos em cada casa. A reportagem apurou que a idade mínima de contribuição subirá de 15 para 25 anos.

Para ter direito ao benefí-

ECONOMIA**R\$ 678****bilhões**

É a economia a ser gerada com a reforma da Previdência em 10 anos.

cio integral, o trabalhador terá de contribuir cerca de 50 anos. O deputado Paulinho da Força (SD-SP), que participou da reunião, afirmou que a idade mínima de 65 anos “é inaceitável” e que o governo não apresentou nenhum detalhe do projeto.

“Fizemos perguntas, mas não falaram detalhes da proposta”, disse. No Palácio do Planalto, a expectativa era de que Temer e sua equipe apresentassem

os detalhes da proposta aos líderes da base aliada e aos sindicalistas convidados.

A decisão do governo de não apresentar os pontos específicos da medida frustrou os convidados, que acabaram saindo em meio à reunião e anunciando alguns detalhes no lugar do governo. Um dos pontos que ainda está sendo discutido é a Previdência rural, segundo o líder do governo no Congresso, senador Romero Jucá (PMDB-RR).

A cobrança será feita no futuro, adiantou o peemedebista, mas ainda não há definição sobre a idade de aposentadoria desses trabalhadores rurais. Segundo Jucá, o governo enviará depois um projeto de lei para tratar da Previdência dos militares das Forças Armadas. Em defesa da reforma,

REGIME GERAL**29**
milhões**de benefícios**

São pagos mensalmente pelo regime geral da Previdência, o que equivale a R\$ 34 bilhões.

Temer disse que é preciso adotar uma medida ampla. “Chega de pequenas reformas. Ou nós enfrentamos de frente o problema ou nós vamos condenar os próximos, que vêm depois de nós, a baterem nas portas do setor público”, disse. Ele fez questão de esclarecer que quem já está aposentado ou preenche os requisitos para

Líder da minoria no Senado, Lindbergh Faria (PT-RJ) anunciou que a oposição e movimentos sociais vão concentrar “energias” contra a PEC e organizarão um dia nacional de protestos contra a reforma.

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse que protestos não devem influenciar a tramitação da reforma no Congresso. Para ele, há “senso da necessidade e importância” para aprovação.

PRINCIPAIS PONTOS DA REFORMA



IDADE (INSS)

▼ **Como é hoje:** Não existe idade mínima para aposentadoria. Os trabalhadores do setor privado podem se aposentar por tempo de contribuição (35 anos homens e 30 anos mulheres). Existe também a aposentadoria por idade aos 65 anos (homem) e 60 (mulher), com mínimo de 15 anos de contribuição.

▼ **Como fica:** Será fixada idade mínima de 65 anos para aposentadoria para todos os trabalhadores, homens e mulheres. Acaba a aposentadoria por tempo de contribuição; o tempo mínimo de contribuição sobe de 15 anos para 25 anos.



IDADE (FUNCIONÁRIO PÚBLICO)

▼ **Como é hoje:** Existe idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher) e tempo de contribuição de 35 anos (homem) e 30 anos (mulher).

▼ **Como fica:** A idade mínima subirá para 65 anos para homens e mulheres



TRANSIÇÃO

O governo optou por corte de idade para separar os trabalhadores que terão que cumprir as novas regras integralmente e quem será enquadrado na fase de transição.

▼ **Com até 50 anos (homem) e 45 (mulheres):** valerão as regras definitivas, mais rígidas.

▼ **Acima de 50 anos (homem) e 45 (mulheres e professores):** valerão as regras de transição, que são um pouco mais suaves e permitirão aos trabalhadores se aposentar pelas regras atuais, pagando um pedágio de 50% (adicional sobre o tempo de contribuição que faltava para se aposentar).



ESPECIAL (TRABALHADOR RURAL)

▼ **Como é hoje:** Não é preciso tempo de contribuição, apenas comprovação da atividade

no campo. O benefício é concedido aos homens, aos 60 anos de idade, e às mulheres, aos 55 anos.

▼ **Como vai ficar:** Será exigida uma contribuição para o INSS e a idade para requerer aposentadoria também subirá para 65 anos para homens e mulheres.



APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

▼ **Como é hoje:** o benefício é integral.

▼ **Como vai ficar:** o benefício deixará de ser integral.



PENSÃO POR MORTE

▼ **Como é hoje:** o benefício é integral.

▼ **Como vai ficar:** o benefício cairá para 50%, mais 10% por dependente no limite de 100% para os setores público e privado. Assim que os filhos atingirem a maioridade, a quota se

extingue e não reverte para a viúva/viúvo. A pensão deixará de acompanhar o reajuste do salário mínimo, que permite ganhos reais (será aplicada apenas a correção da inflação).



BENEFÍCIO ASSISTENCIAL (LOAS)

▼ **Como é hoje:** o benefício é pago a idosos e deficientes da baixa renda aos 65 anos e segue a política de reajuste de salário mínimo.

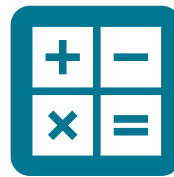
▼ **Como vai ficar:** o benefício será desatrelado do mínimo e a idade subirá para 70 anos.



FIM DA ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS

▼ **Como é hoje:** atualmente, é permitido acumular pensão e aposentadoria.

▼ **Como vai ficar:** a proposta veda a acumulação de pensão e aposentadoria. O segurado terá que optar pelo que for mais vantajoso.



NOVA FÓRMULA DE CÁLCULO

▼ **Além de aumentar** a idade para aposentadoria, a proposta pressiona os trabalhadores a ficarem mais tempo na ativa para receber um benefício integral. Mas, até ontem, as informações sobre os cálculos não eram precisas.

▼ **Dois fórmulas foram citadas:** uma de que o benefício será calculado com base em 51% das melhores contribuições mais 1% a cada ano adicional de contribuição. E a outra que o benefício deve ser equivalente a 75% da média salarial, mais um ponto percentual por ano de contribuição adicional além do mínimo exigido.



FICARAM DE FORA

▼ **Forças Armadas, policiais militares e Bombeiros** ficaram de fora da reforma da Previdência. Mas o governo avalia encaminhar posteriormente projeto específico para essas categorias.

O CAMINHO

1 Comissão de Constituição e Justiça da Câmara

Uma PEC deve primeiro ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara, que terá o prazo de cinco sessões para analisar se a proposta é constitucional. Esse exame preliminar investiga se a proposta fere alguma cláusula da Constituição que não pode ser mudada, se está redigida de acordo com a técnica correta e se não fere regras do Orçamento.

2 Comissão Especial

Se for aprovada pela CCJ, a Câmara criará uma comissão especial especificamente para analisar o conteúdo da proposta. A comissão especial terá o prazo de 40 sessões do plenário para dar um parecer favorável ou desfavorável.

3 Votações em plenário da Câmara

Depois de passar pela comissão especial, a PEC deve ser votada pelo plenário da Câmara em dois turnos, com intervalo de cinco sessões entre uma votação e outra. Para ser aprovada, a PEC precisa de pelo menos 308 votos favoráveis (3/5 dos deputados) em cada uma das votações.

4 Comissão de Constituição e Justiça do Senado

Se for aprovada pela Câmara, a PEC segue para o Senado, onde é primeiramente analisada pela Comissão de Constituição e Justiça. Diferentemente da CCJ da Câmara, na do Senado são analisadas tanto a parte técnica quanto o conteúdo da proposta. Por isso, no Senado, não é criada uma comissão especial que analisa a PEC após a CCJ, como acontece na Câmara. A CCJ do Senado faz os dois papéis.

5 Votações em plenário do Senado

Depois, a proposta segue para o plenário do Senado, onde precisa ser votada novamente em dois turnos. A proposta passará no Senado se tiver, em ambos os turnos, 49 votos (3/5 dos membros da Casa).

pedir o benefício não será afetado pela reforma.

IDOSOS

O governo deve adotar uma série de medidas para tentar limitar os gastos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), concedido a pessoas com deficiência e a maiores 65 anos que não contribuíram com a Previdência. O plano prevê três medidas que, em última análise, vão limitar o acesso ao auxílio e achatar o valor que é pago a beneficiários, hoje em um salário mínimo.

A proposta em discussão prevê ampliar a idade mínima para que idosos tenham direito à obtenção do benefício. Atualmente, podem ser beneficiados pessoas com mais de 65 anos com renda familiar per capita de até um quarto de salário mínimo.

DESEQUILÍBRIO

263%
de crescimento

É a projeção de quanto vai aumentar o número de pessoas com mais de 65 anos até 2060. Mas nesse período, vai cair a quantidade de pessoas com idade ativa, segundo o governo.

O governo, no entanto, receia que, com a mudança nas regras da idade mínima para aposentadoria de 60 para 65 anos, proposta na reforma da Previdência, o BPC acabe se tornando uma alternativa às pessoas que teriam direito a receber aposentadoria no mesmo valor.

CRÍTICAS

O deputado Alexandre Baldy (PTN-GO) disse que, apesar de vender uma reforma igualitária, “nem todos serão iguais” na proposta do governo, já que as Forças Armadas, policiais militares e bombeiros ficarão de fora da PEC. Em meio ao anúncio, representantes de categorias como a Polícia Federal estiveram no Palácio num corpo a corpo com parlamentares para tentar escapar da mudança.

Com a saída de Renan Calheiros (PMDB) do comando do Senado, a Casa – onde a PEC precisa ser aprovada em dois turnos após passar na Câmara – será liderada pelo senador petista Jorge Viana, cujo partido é contra a reforma da Previdência. (Com agências e colaboração de Beatriz Seixas)

“Reforma é absolutamente necessária”, afirma INSS

◌ O presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Leonardo Gadelha, defendeu ontem a reforma da Previdência e adiantou que, caso a proposta de emenda constitucional seja aprovada no Congresso, os sistemas do órgão serão rapidamente atualizados para operar sob as novas regras.

Gadelha classificou como “absolutamente necessária” a reforma nas aposentadorias, tendo em vista a transformação demográfica “drástica” e a perspectiva de transformação no mercado de trabalho nos próximos anos devido ao aumento do nível de automação, levan-

do à perda de empregos formais e, como consequência, mais impacto sobre o sistema de seguridade.

COMERCIAL

Ontem, o governo federal também começou uma campanha publicitária na TV para explicar a reforma da Previdência. No primeiro filme divulgado, o governo defendeu a mudança dizendo que o número de aposentados cresce mais rapidamente do que o grupo de trabalhadores na ativa. “Precisa mudar porque a conta não fecha. Se continuar assim, vai quebrar”, diz o comercial.

“REFORMA NÃO É DESEJO, É UMA NECESSIDADE”

Para Meirelles, pacote garantirá a sustentabilidade do sistema

Num discurso em que não foram apresentados os detalhes da reforma da Previdência, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou ontem, em reunião com o presidente Michel Temer e líderes da base aliada no Congresso, que a reforma “não é desejo, a essa altura não chamaria nem de decisão”. “É uma necessidade. Se não fizermos isso, vamos ter um problema grave”, disse.

Assim como fez o presidente Temer em sua fala, Meirelles destacou que a população está vivendo mais e que essa “boa notícia” é algo ruim para a Previdência. “Isso é bom, estamos vivendo mais, mas sustentar isso requer trabalhar mais”, disse. “No Brasil, temos regime solidário, trabalhadores da ativa pagam benefício de aposentados”, lembrou, destacando que o país está envelhecendo rapidamente. Meirelles chamou a situação de “dramática” e disse que “mais do que se preocupar com a idade da aposentadoria, é importante saber que o beneficiário vai receber”. “Temos que enfrentar esse problema enquanto há tempo”, completou.

MEIRELLES ‘FRITADO’

Pressionado para que as reformas sejam logo imple-

mentadas para que a economia volte a crescer Meirelles negou ontem que seu cargo no governo esteja em risco. Perguntando se está sendo “fritado” por aliados, ele afirmou: “Não tenho visto isso”. Segundo ele, é normal que haja pressão sobre membros do governo e ele já teve uma experiência semelhante quando foi presidente do Banco Central, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No domingo, Michel Temer disse que Meirelles tem seu “total apoio”. O presidente afirmou que não há nenhuma intenção de se compartilhar o comando da política econômica.

“Acho que agora (a pressão) é até um pouco menor”, comentou Meirelles no 12º Congresso Brasileiro da Construção, antes de participar das reuniões para apresentar a reforma da Previdência. Em meados do ano passado, o então ministro da Fazenda, Joaquim Levy, também começou a ser pressionado, à medida que a economia não reagia, mesmo com o forte plano de ajuste fiscal defendido por ele. Levy, na ocasião, rechaçou os comentários sobre a possível saída do cargo, mas no fim do ano acabou deixando o governo Dilma sendo substituído por Nelson Barbosa.



Ministro Henrique Meirelles discursa durante congresso de empresários

Medida pode ser analisada nas férias

Para que a reforma da Previdência tramite de forma acelerada no Congresso, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, durante anúncio do pacote, disse que a proposta permitirá ao país sonhar com pataformas de taxa de juros diferente do que existe na economia brasileira. “Não é no corrente que

vai reduzir a taxa de juros”, ponderou.

Ele informou que o texto chega hoje ao Congresso e que vai criar comissão especial para começar debate ainda este ano.

Há a possibilidade de a Câmara suspender as férias dos deputados para dar celeridade a análise do pacote. Serão necessárias 40 sessões no Plenário an-

tes de a medida ser colocada em votação.

Em discurso na reunião de apresentação da proposta de reforma pelo presidente Michel Temer, Maia disse ter certeza que a emenda constitucional da reforma será decisiva para o futuro do país.

Segundo ele, todos que têm interesse na recuperação estão olhando para a votação da reforma da Previdência. “Os investidores estão olhando para essa votação como fundamental.” (AE)

Orçamento vai ruir em oito anos

O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, defendeu ontem a reforma da Previdência e alertou que, sem as medidas, o orçamento federal “ruirá” daqui a oito anos. Segundo ele, a reforma proposta não é uma opção ou uma alternativa, mas sim uma necessidade inadiável.

“Sem a reforma, o sistema soçobra em 2024. Sem mudar a Previdência, em 2024 o orçamento só pagará saúde, educação, folha de pagamento e Previdência. Não sobraria nenhum recurso discricionário, a manter-se a lógica atual”, afirmou, em reunião com líderes da base aliada do governo no Congresso. “Agora é a hora, porque não temos alternativa. A questão é existirem ou não existirem as contas públicas brasileiras”, completou.

Padilha voltou a dizer que o ajuste fiscal é “um corpo de diversas partes”, sendo o teto do gastos a primeira delas, e a Reforma da Previdência, a segunda. “Uma sem a outra não trará o resultado que a economia brasileira precisa”.

Para centrais sindicais, novas regras são exageradas

Ponto central da proposta do presidente Michel Temer, a fixação de uma idade mínima para aposentadoria em 65 anos já é alvo de resistência de sindicalistas.

O secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna, disse que as medidas “são tão exageradas que vão ajudar a fortalecer a mobilização dos trabalhadores contra a reforma”.

Ele questionou a falta de detalhes sobre se haverá cobrança de setores que hoje são isentos, como o agronegócio e os exporta-

dores. Juruna também se queixou de Temer não ter apresentado nenhum papel com a proposta.

A reunião com os sindicatos foi feita após o encontro com líderes da base aliada, ontem à noite. Além da Força Sindical, compareceram representantes da UGT, Nova Central, CTB, CSB, Contag (que representa os trabalhadores rurais) e Dieese.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), que não participou da reunião, também criticou o anúncio do governo. O presidente da



Temer esteve com aliados antes de reunir sindicatos

CRÍTICA

“(Proposta é) injusta com a classe trabalhadora, em especial com os que começam a trabalhar mais cedo e com as mulheres”

VAGNER FREITAS
PRESIDENTE DA CUT

CUT, Vagner Freitas, afirmou que o sindicato “jamais irá aceitar que desiguais sejam tratados de forma igual”

na reforma da Previdência.

Em nota divulgada ontem à noite, Freitas diz que a idade mínima de 65 anos é “injusta com a classe trabalhadora, em especial com os que começam a trabalhar mais cedo e as mulheres”.

A CUT diz ainda que o horário em que a reunião foi marcada com as centrais sindicais, às 19h, demonstra que o governo Temer “não pretende ouvir a classe trabalhadora, sequer tem interesse no que representantes de milhões de trabalhadores e trabalhadoras têm a dizer”. (AE)